

ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

*ETNOHERPETOLOGY AND CONSERVATION: TRADITIONAL
KNOWLEDGE IN THE PROTECTION OF LIZARDS OF THE NORTHEAST
PARÁ*

Beatriz Nunes Cosendey^{1,2,*}; Lígia Terezinha Lopes Simonian¹
Vanderlaine Amaral de Menezes³

Resumo:

Ameaçados em todo o mundo por diferentes fatores, a conservação dos lagartos é dificultada devido às histórias que cercam esse grupo faunístico e à sua aparência pouco carismática. Nesta pesquisa, entrevistamos 53 moradores de comunidades tradicionais (quilombola, ribeirinha e indígena) situadas dentro da Área de Endemismo de Belém sobre os saberes e percepções destes em relação à comunidade de lagartos local. Identificamos um vasto conhecimento intrínseco por parte dos entrevistados sobre essa parcela da herpetofauna, que se relacionavam e se utilizavam de algumas das espécies descritas. A partir destas narrativas, apresentamos dados concernentes à etnoherpetologia dos lagartos da Amazônia Paraense, tendo como base a etnotaxonomia e histórias locais, e discutimos aspectos importantes para a sua conservação a partir do conhecimento tradicional compartilhado. Pudemos identificar também a diminuição da densidade de algumas espécies, aparecimento de espécies invasoras e desrespeito à legislação ambiental em relação à demarcação de terras tradicionais. Com isso, estudos de cunho etnobiológico apresentam-se como eficazes em estudos e projetos de conservação, uma vez que investigam a dinâmica e os saberes entre moradores e a fauna local.

¹ Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém-PA, Brasil.
*bcosendey@gmail.com

² Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Laboratório de Ecologia e Conservação de Felinos, Amazonas – AM, Brasil.

³ Laboratório de Meio Ambiente e Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - ZO).

12 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Palavras-chave: etnoecologia; comunidade tradicional; squamata; ecologia de lagartos; densidade populacional.

Abstract:

Threatened worldwide by different factors, the conservation of lizards is hindered due to the narratives surrounding this faunistic group and its uncharismatic appearance. In this research, we interviewed 53 residents of traditional communities (quilombola, riverine, and indigenous) located within the Belém Endemism Area, about their knowledge and perceptions regarding the local lizard community. We identified a vast intrinsic knowledge among the interviewees about this portion of the herpetofauna, with which they interacted and utilized some of the described species. Based on these narratives, we present data concerning the ethnoherpetology of lizards in the Paraense Amazon, relying on ethnotaxonomy and local narratives, and discuss important aspects for their conservation based on shared traditional knowledge. We also identified a decrease in the density of some species, the appearance of invasive species, and disrespect for environmental legislation regarding the demarcation of traditional lands. Therefore, ethnobiological studies prove to be effective in conservation studies and projects, as they investigate the dynamics and knowledge among residents and the local fauna.

Keywords: ethnoecology; traditional community; squamata; lizard ecology; population density.

1. Introdução

O ser humano está em constante troca com o ambiente natural, em uma inter-relação moldada por fatores emocionais, culturais, espirituais e científicos, que compõem um rico imaginário antropológico (LEITE, 2004; DIEGUES, 2010). Esses fatores refletem na relação que um povo tem com a biota à sua volta, especialmente nas comunidades tradicionais, que possuem uma intimidade maior com a natureza e seus elementos (PACHECO, 2011; SILVA e SIMONIAN, 2015). Temos no grupo dos répteis um bom exemplo desta percepção moldada pela cultura, uma vez que despertam nos seres humanos sentimentos que variam de fascínio a medo, dependendo do local (ALVES, 2012a; COSENDEY e SALOMÃO, 2016; JACITO e BARROS, 2019).

A literatura aponta que a relação dos seres humanos com os répteis é marcada por aspectos utilitaristas, emocionais e místicos (BRAZIL, 1911; FIGUEIREDO, 1994; FISCHER et al., 2018; WILLIAM et al., 2016). No caso dos lagartos, suas referências na cultura brasileira remontam a tempos antigos (ANDREU, 2010; LEITE, 2007), seja pelas utilidades que oferecem ou pelos riscos associados a eles. O modo como algumas populações humanas se utilizam dos animais pode levar à extinção de certas espécies, inclusive pela sua morte proposital devido às ameaças que poderiam representar (FISHER et al. 2018; OLIVEIRA e SOUSA, 2018). Como agravante, os lagartos enfrentam ameaças globais que incluem o avanço de doenças, a perda de habitat e os impactos das mudanças climáticas,

13 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

fatores que têm contribuído significativamente para a redução de suas populações ao redor do mundo (SINERVO et al., 2010; COSENDEY et al., 2020).

A região neotropical, que abriga uma grande diversidade de lagartos (ANDREU et al., 2000; SILVA e ARAÚJO, 2008; UETZ et al., 2018), destaca-se também como o local onde esses animais são mais frequentemente utilizados para alimentação, medicina ou ornamentos (ALVES et al., 2012a; FIGUEIREDO, 1994). Por isso, compreender o papel cultural, social e tradicional dos lagartos nas comunidades locais é essencial para desenvolver planos de conservação mais eficazes e estratégias de uso sustentável das espécies (ALVES et al., 2012b). No entanto, há, no Brasil, um histórico de escassez de estudos etnoherpetológicos (ALVES et al., 2012a), o que culmina em poucos debates com uma abordagem mais holística sobre o tema (ALVES et al., 2012b; JACOBSON, DUFF, 1998).

Prudente e colaboradores (2018) classificam a ordem Squamata, ordem à qual os lagartos fazem parte, como de considerada importância para a biota amazônica devido ao número de interações que possuem com uma diversidade de outros organismos. De acordo com o levantamento de dados de coleção e literatura realizado por essa mesma pesquisadora e sua equipe em 2018, o estado do Pará abriga 39 espécies endêmicas de lagartos. Ainda, a parte leste da Amazônia – onde se localiza o estado supracitado – tem uma importância biológica e ecológica de destaque, uma vez que engloba cinco áreas de endemismo, intitulando-se Área de Endemismo de Belém (em inglês BAE – *Belem Area of Endemism*). No entanto, essa foi também a primeira região a sofrer com os efeitos da colonização nas terras brasileiras (PRUDENTE et al, 2018). Disso decorre que o Pará seja, simultânea e contraditoriamente, uma área de endemismo e esteja incluído no ‘arco do desmatamento’.

Assim, para ações de conservação mais efetivas, é necessária não só a proteção da área física, mas também das espécies que ocorrem no local e a compreensão da relação destas com a população humana que ali reside (HUNTINGTON, 2000; PEZZUTI et al, 2010; LIMA et al, 2012; BARBOZA et al, 2021). Vários estudos utilizaram informações fornecidas pelos moradores tradicionais para obter dados relevantes sobre a fauna de um dado local (e.g., CASTELLO, 2004; BARBOZA e PEZZUTI, 2011; LIMA et al., 2012), contribuindo para a elaboração de relatos fundamentados sobre diversos aspectos da ecologia de uma espécie. Para tanto, é importante entender os saberes e conhecimentos da população local. Este conhecimento é tido como uma bagagem de informação adquirida por um povo ao longo do tempo, sendo ao mesmo tempo intergeracional e em constante estado de mudança e adaptação (BALICK, 2017; REIS, et al, 2012).

O conjunto de saberes sobre o entorno natural - do qual fazem parte as tradições e expressões orais, a história da comunidade, os rituais, os conhecimentos e os usos relacionados com a natureza e o universo, entre outros - constituem o patrimônio cultural imaterial de uma comunidade. Na cultura paraense, ainda hoje encontramos presentes marcas dos saberes indígenas. Assimilada, na íntegra ou hibridizada, a cultura indígena foi a base de muitos povos e sociedades, como é o caso dos povos ribeirinhos, cuja relação com a natureza guia-se pelos saberes referentes às múltiplas relações com o ambiente (LIRA e CHAVES, 2016). Segundo Garcés (2007), o conhecimento tradicional é um amplo leque de saberes que se relacionam aos distintos elementos da natureza, como animais, fungos, entre outros, além das plantas. Assim, acredita-se que entender a relação dos humanos com a herpetofauna da região é um passo importante para a conservação dos mesmos, sobretudo quando se trata de áreas de alta importância

14 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

ecológica, como é o caso da área de endemismo em questão (MENDONÇA, 2014; OLIVEIRA e SOUSA, 2018).

Dessa forma, este estudo teve como objetivo investigar se, em um momento em que os lagartos estão sob ameaça de extinção em partes as mais diversas do mundo, alguma mudança em relação à sua densidade foi percebida pelos moradores. Para tanto, realizou-se um estudo de caso visando entender as relações e percepções dos moradores de três comunidades tradicionais (quilombola, ribeirinha e indígena) com a herpetofauna local de lagartos.

2. Metodologia

2.1 Área de estudo

A área de estudo está localizada no nordeste da Amazônia paraense, dentro dos limites estabelecidos pela BAE (figura 1). Para as entrevistas, foram definidos três tipos de comunidades tradicionais, quilombola, ribeirinha e indígena.

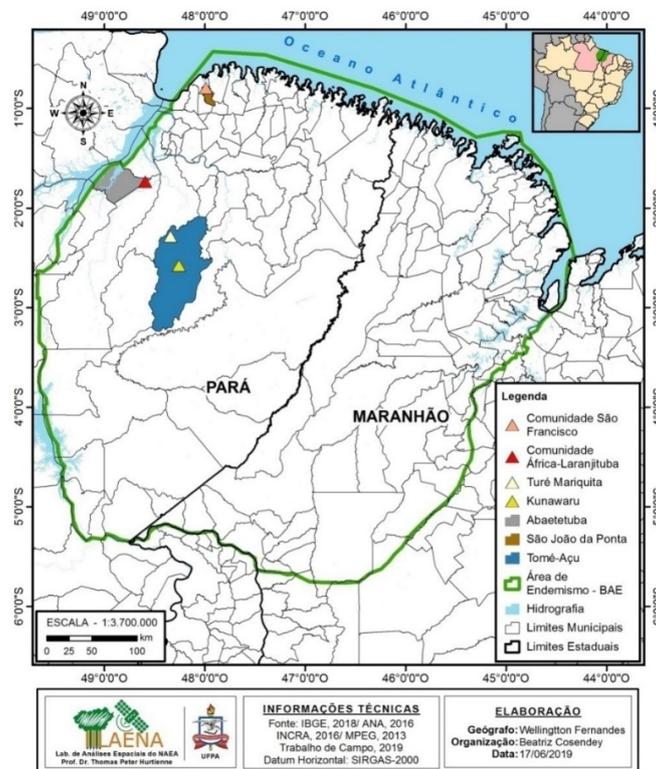


Figura 01: Mapa da área de Endemismo de Belém (em inglês BAE – *Belém Area of Endemism*), que engloba área dos estados do Pará, Maranhão e Tocantins, identificando os pontos das três comunidades estudadas. Elaborado por LAENA/UFPA

15 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

2.1.1 Comunidade quilombola África-Laranjituba

Dos 25 estados brasileiros que abrigam comunidades quilombolas (locais habitados por descendentes de homens e mulheres escravizados, que mantêm sua cultura de subsistência e manifestações culturais – SILVA, 2007), o estado do Pará conta com mais de 400, sobretudo nas áreas do Baixo Amazonas, Marajó e regiões Nordeste e Metropolitana do estado do Pará (MARQUES e MALCHER, 2009). Foi também nas terras paraenses que teve início a expedição de títulos e o reconhecimento de um volume maior de terras a favor dos quilombolas (MARQUES e MALCHER, 2009). Essas ações fazem parte da tentativa do governo paraense em compensar a dívida histórica com a população afrodescendente local.

O processo de territorialização quilombola está imbricado com a construção de identidade, saberes e conhecimentos da população (MALCHER, 2009), sendo a área de ocupação quilombola definida como àquela necessária à reprodução física, sociocultural, moradia, expansão econômica, cultos religiosos e lazer (MARQUES e MALCHER, 2009). Como se vê em Mello (2012), o marco de reconhecimento jurídico das comunidades remanescentes dos quilombos veio com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988.

A Comunidade Quilombola África-Laranjituba (CQAL)³ foi formada pela dispersão de pessoas escravizadas que conseguiram fugir da “Fazenda”, local destinado à reprodução e venda desses prisioneiros (NASCIMENTO, 2017). Essas comunidades foram unificadas e reconhecidas pelo governo do Pará como remanescente quilombola em 2001 (SOUZA et al., 2017), tendo o reconhecimento de sua identidade sido atestado em 2013, com o certificado (número 01420.001550/2013-91) da Fundação Cultural Palmares.

2.1.2 Comunidade ribeirinha São Francisco

A colonização portuguesa de Belém e arredores ocorreu em 1616, ao longo dos rios amazônicos. Desde então, o estuário amazônico exerce grande influência na vida dos pescadores tradicionais da região, seja de água doce ou salgada (MEGAM, 2005). A construção da identidade ribeirinha se deu através das relações sociais, modo de vida e forte relação com a água (POJO et al., 2014) tendo suas raízes principalmente na cultura e no conhecimento indígena (LIRA e CHAVES, 2016).

A Comunidade de São Francisco (CSF) pertence ao município de São João da Ponta, localizado a nordeste do Pará. Juntamente a outras 16 comunidades, constituem a

³ A CQAL localiza-se a nordeste do Pará, no baixo rio Caeté, e ocupa uma área de 118,04 há (SOUZA et al., 2017). Esta comunidade está politicamente ligada ao município de Moju e geograficamente ligada ao município de Abaetetuba, o que gera conflitos fundiários e de gestão, por parte do governo (NASCIMENTO, 2017; SOUSA et al., 2017). A partir de dados do Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e de consulta com a população, estima-se que, atualmente, ambas as comunidades juntas abriguem aproximadamente 193 moradores (NASCIMENTO, 2017).

16 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Reserva Extrativista São João da Ponta, criada pelo Decreto s/n° de 13 de dezembro de 2002 (publicado no Diário Oficial da União em 16 de dezembro de 2002). Segundo exposto em uma reunião informal da EMATER com o presidente da Associação dos moradores da CSF, a inclusão da localidade como área de Unidade de Conservação foi uma demanda da própria comunidade.

2.1.3 Comunidade Indígena Tembé

Segundo o Censo IBGE 2022, existem 573 terras indígenas no Brasil, contabilizado 1,69 milhão de indígenas (IBGE, 2023). A maior parte dessa população (44,48%) está situada na região norte do país (IBGE, 2023). Segundo dados do ISA (2018), pelo menos 44 dos povos indígenas do Brasil habitam o estado do Pará. Por outro lado, dados do Programa Raízes, expostos no Museu do Presépio – PA, indicam uma diminuição drástica da população indígena paraense após a colonização em 1616 (COSENDEY, 2019, notas de campo).

As tentativas de dominação e genocídio dos povos indígenas por parte dos portugueses (ALONSO, 1999) e os conflitos com colonizadores e povos nativos (BALÉE, 2018), fizeram com que muitos deles comessem o processo de emigração para outras áreas, gerando a separação e criação de grupos durante esse movimento. Um exemplo de dissidência ocorreu com os índios Tenetehara, como explica Valadão (2018). Originariamente do Maranhão, parte do povo Tenetehara resolveu emigrar, em meados do século XIX, para o Pará, deixando para trás o restante do povo. O ramo migrante recebeu o nome de Tembé ou Timbé (ramo ocidental). Por sua vez, os que se mantiveram no local foram chamados de Guajajara (ramo oriental).

Como posto por Valadão (2018), os Tembé ainda habitam, em sua maioria, o estado do Pará, dividindo-se em três blocos: os que vivem na margem direita do rio Gurupi (Terra Indígena -TI- Alto Turiaçu); os da margem esquerda (TI Alto Rio Guamá); e os situados na bacia do rio Acará, afluente do Moju (TI Turé-Mariquita). Muitas das terras indígenas já foram aprovadas e homologadas, enquanto outras ainda estão em contestação⁴. Ainda assim, existem conflitos de terras nas áreas demarcadas, aos quais os índios Tembé respondem com a luta pela desocupação e com a reivindicação de seus direitos junto a órgãos públicos.

Pela história indígena, os Tembé habitavam uma área do nordeste paraense com outras etnias. Houve, no entanto, o conflito com uma grande cobra, o que causou a doença e morte de vários indígenas. Com isso, eles migraram do local, se separaram e originaram

⁴ A TI do Alto Rio Guamá – compreendendo os municípios de Paragominas, Santa Luzia do Pará e Nova Esperança do Piriá – foi reconhecida e homologada pela FUNAI pelo Decreto s.n. de 04/10/1993. Antes disso havia, segundo Alonso (1999), a Reserva Alto Rio Guamá, oficializada pelo decreto 307 de 21/03/1945, destinada aos índios Tembé, Timbira, Ka'apor e Guajá. O município de Tomé-Açu também possui TI dos indígenas Tembé, incluindo a TI Mariquita e a TI Tembé. Elas foram homologadas pela FUNAI, respectivamente pelo Decreto 304 de 29/10/1991 e pelo Decreto 389 de 24/12/1991 (RICARDO, RICARDO, 2011). Ainda segundo esses autores, o município de Aurora do Pará possui a TI Maracaxi reconhecida e aprovada, porém ainda sujeita a contestações.

17 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

suas próprias aldeias. Segundo a linha do tempo disponível no Projeto Bacia Escola (2017), a primeira aldeia Tembé criada dentro dos limites de Tomé-Açu fez-se às margens do rio Acará-Mirim. De lá, filhos e filhas do cacique (representante das aldeias visitadas) migraram para regiões vizinhas, construindo suas próprias aldeias em um processo que tem continuidade até hoje; dados estes também confirmados em campo.

Maia e colaboradores (2016) informaram que parte da população dos 59.795 habitantes de Tomé-Açu está representada pelos Tembé, seus primeiros habitantes, hoje espalhados por oito aldeias. Cinco das quais visitamos (Turé-Mariquita; Yriwara; Aldeia Nova; Tekenaè e Pytawã⁵), localizam-se próximas umas das outras, em um acesso de estrada de terra a pouco mais de 10 km do município de Quatro Bocas, pertencente à Tomé-Açu. Arumateua, outra aldeia visitada, encontra-se há poucos quilômetros do mesmo município. Por fim, a última aldeia visitada (Kunawaru) encontra-se a 14km da cidade de Tomé-Açu, sendo a única fora das demarcações indígenas, mas no processo para reconhecimento de terra.

2.1 Coleta de informação

A pesquisa de campo se dividiu em duas etapas: identificação das espécies das áreas estudadas e entrevistas com os moradores de cada comunidade.

A identificação das espécies ocorreu de forma visual, tanto por identificação de imagens quanto do exemplar *in situ*. Esta primeira etapa teve início antes da ida a campo, quando realizamos um levantamento bibliográfico prévio das espécies que ocorrem na região (PRUDENTE et al., 2018; VITT et al., 2008). Imagens das espécies de possível ocorrência em cada área foram selecionadas e mostradas aos moradores a fim de proporcionar estímulo visual e facilitar a identificação das espécies (MEDEIROS et al, 2008); assim os participantes apontavam quais conheciam, e como nomeavam cada uma. Estes dados serviram para correlacionarmos os nomes científicos das espécies com os nomes vernaculares conhecidos pelos moradores, aqui denominados "etnoespécies" (SANTOS-FITA et al, 2011)

Após, para a coleta de dados, inicialmente pedimos autorização dos representantes de cada comunidade para conversarmos com os moradores. Passamos 3-5 dias em cada comunidade visitada, durante os quais conversamos com pessoas de diferentes faixas etárias, abarcando quatro gerações (até 18 anos, 19-30 anos, 31-60 anos e acima de 60). Antes de cada entrevista, explicamos a pesquisa para o participante voluntário e pedimos que assinasse o termo de autorização do uso de imagem e do som. As informações, no entanto, foram utilizadas apenas para compilação dos dados desse trabalho.

⁵ Apesar de citada, essa aldeia não foi incluída nas entrevistas. A capitoea (liderança local) recusou que a aldeia fizesse parte da pesquisa, pois não receberam o retorno dos trabalhos anteriores.

18 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Realizamos entrevistas semi-estruturadas com os moradores, que consiste em guiar a entrevista a partir de tópicos pré-definidos, mas com maleabilidade para outros assuntos que possam vir a surgir (HUNTINGTON, 2000). Os tópicos perpassavam pelos seguintes assuntos: (I) Tempo de moradia na comunidade e se costuma sair com frequência; (II) Religião ou crença; (III) Frequência de avistamento de lagartos e tipos avistados; (IV) Informações sobre os lagartos (científicas e/ou populares); (V) Histórias e casos que conhece sobre os lagartos; (VI) Qual a reação ao se deparar com um lagarto; (VII) Percepção e sentimentos para com os lagartos; (VIII) Se costuma caçar, ou utilizar lagartos para algum fim; (IX) Usos comuns dos lagartos (para medicina, artesanato ou religião) na comunidade; (X) Se percebeu alguma variação no número ou diversidade de lagartos.

A entrevista fora conduzida de modo a deixar os entrevistados à vontade; apesar de haver tópicos pré-definidos estes eram adaptados sempre que necessário. Ainda, optamos pela modalidade oral uma vez que é tida como melhor aceita pelos participantes, (ALBUQUERQUE et al., 2019; MORIN, 2004).

A fim de comparar os dados obtidos nos relatos, com as informações acadêmicas disponíveis nas bases de dados, realizamos uma pesquisa nos portais de busca *Web of Science* e Google Acadêmico. Para abranger a literatura nacional e internacional, utilizamos termos em inglês e português.

3. Resultados e discussão

3.1 Perfil dos entrevistados

Nossas entrevistas totalizaram 53 relatos, sendo 14 na comunidade quilombola, 21 na comunidade ribeirinha e 18 nas indígenas. Em sua maioria, as entrevistas foram realizadas de forma individual. No entanto, caso os participantes estivessem em grupo, dávamos prosseguimento a pesquisa dessa forma, intuindo que facilitaria a fluidez da conversa. Para questão de análise, quando todos os entrevistados tinham uma participação equivalente, os relatos eram individualizados; quando não, eram considerados apenas os relatos dos participantes ativos.

Independente da comunidade (ribeirinha, quilombola ou indígena), as religiões predominantes variam entre a católica (20/ 49) e evangélica (13/49). Quando não seguiam estritamente nenhuma das duas (casos de alguns indígenas), denominavam-se “crentes” (4/49). Apesar disso, todas as três tinham, ou já tiveram, contato com curandeiros e/ou pajés e uso de medicina tradicional.

19 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Tabela 01: Número de moradores entrevistados, separado por sexo e faixa etária, em cada comunidade abordada.

| Faixa etária | < 18 | | 19-30 | | 31-60 | | 60< | | TOTAL | |
|---------------------|----------|---|-----------|---|-----------|---|-----------|---|-----------|----|
| Sexo | ♀ | ♂ | ♀ | ♂ | ♀ | ♂ | ♀ | ♂ | ♀ | ♂ |
| Comunidades: | | | | | | | | | | |
| Laranjituba-África | 4 | 0 | 0 | 3 | 2 | 2 | 2 | 1 | 8 | 6 |
| São Francisco | 0 | 3 | 3 | 2 | 4 | 3 | 3 | 3 | 10 | 11 |
| Aldeias Tembé | 0 | 1 | 1 | 2 | 4 | 7 | 1 | 2 | 6 | 12 |
| TOTAL | 8 | | 11 | | 22 | | 12 | | 53 | |

Na comunidade Quilombola África-Laranjituba (CQAL), 42.8% dos 14 moradores entrevistados não nasceram na comunidade, tendo se mudado há alguns anos por causa de estudo, trabalho ou relacionamentos. O restante nasceu na comunidade, ou se mudou logo após o nascimento. Quatro moradores passaram uma temporada fora quando jovens, sendo que um ainda vai com frequência para Belém. O restante faz apenas viagens de "bate e volta", ou ficam pela comunidade.

Já na comunidade ribeirinha de São Francisco (CSF), todos os entrevistados eram do município ou de algum município vizinho, pertencente à Reserva Extrativista (RESEX). Relataram ter o costume de ficar pela área ou se deslocar entre as comunidades pertencentes à Unidade de Conservação. Quando fazem viagens à Belém, estas são de curta duração.

Na comunidade indígena Tembé (CIT), foram identificados três participantes não indígenas: um que está em Turé-Mariquita há cinco meses; uma moradora que vive há seis anos na aldeia Arumateua, porém já com histórico anterior de contato com outros Tembé da região; e um ribeirinho que vive na aldeia Yriwar desde a criação da mesma, há cinco anos. Uma das entrevistadas veio de uma aldeia de Paragominas, também de etnia Tembé. Ainda, notou-se um fluxo constante dos moradores para a cidade, seja para buscar alimento, salário, para consultas neonatais e resoluções burocráticas no geral. Um dos entrevistados disse ter morado alguns anos em Belém, ao cursar a Universidade Federal.

3.2 Identificação das espécies e etnoespécies

A partir do cruzamento de dados de literatura, relato dos moradores e observações de campo foram identificadas 10 espécies de lagarto. Para a maioria dos indivíduos, foi possível classificar até o nível taxonômico mais baixo. O quesito "relato dos moradores" mostrou-se em alguns momentos insuficiente para identificação da espécie, fornecendo

20 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

informações muito vagas ou conflituosas (tabela 2). De todas as espécies identificadas, 70% foram comuns às três comunidades: *Tupinambis teguixin*; *Iguana iguana*; *Cnemidophorus* sp.; *Uranoscodon superciliosus*; *Ameiva ameiva*; *Hemidactylus mabouia*; *Tropidurus* sp..

Cnemidophorus sp., referenciado por muitos sob o nome popular de “calango” ou como rajadinho/listradinho, foi a espécie de mais fácil visualização em todas as localidades estudadas. Este lagarto foi identificado como espécie de ocorrência recente pelos moradores da comunidade quilombola, assunto que será mais bem discutido na seção 3.6 – relevância para a conservação.

Kentropix calcarata foi vista durante uma observação de campo (apenas na comunidade indígena de Turé Mariquita), mas não foi citada pelos moradores. Assim, não conseguimos relacionar os nomes populares desta espécie e nem sua ocorrência nas outras áreas de estudo.

21 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Tabela 2: Relação dos lagartos identificados em cada comunidade, com seus nomes científicos e vernaculares. CQAL- Comunidade Quilombola África-Laranjituba; CSF- Comunidade Ribeirinha de São Francisco; CIT- Comunidade Indígena Tembé.

Legenda: (“?”) – utilizado após o nome científico das espécies nos casos em que havia mais de uma possibilidade para o nome popular citado; “dados insuficientes” – remetia a descrições muito vagas; (“??”) – identificavam as espécies que não conseguimos chegar aos nomes científicos por não se enquadrar com nenhuma das possíveis espécies pré-selecionadas.

| Comunidade | Lagartos identificados (nome popular) | Espécie (nome científico) |
|------------|--|--|
| CIT | <ul style="list-style-type: none"> • amarelinho; listradinho; tijubina • calango verde (metade verde/roxo) • jacuraru; teju • tamaquaré • osga preta; lagartixa preta; trapupeua; osga rajada • osga branca; osga “vermelhinha”; labisgóia • osga branca “menorzinha” • azul; azulzinho; “azul do peito branco” • “verde” • camaleão | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Cnemidophorus</i> sp. • <i>Ameiva ameiva</i> • <i>Tupinambis teguxin</i> • <i>Uranoscodon superciliosus</i> • <i>Thecadactylus rapicauda</i> • <i>Hemidactylus mabouia</i> • ?? • ?? • <i>Ameiva ameiva</i>?/ <i>Cnemidophorus</i> sp.? • <i>Iguana iguana</i> • <i>Gonatodes humeralis</i>?/ <i>Tropidurus</i> sp? |

22 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

| | | |
|--|--|---|
| | <ul style="list-style-type: none">• pretinho; lagarto pardo; “um tipo osga”• papa vento; sarara• lagarto caçador; calango caçador• “calanguinho de chão”• lagarto liso• dados insuficientes | <ul style="list-style-type: none">• <i>Anolis</i> sp.• <i>Mabuya</i> sp.• dados insuficientes• Mabuya• <i>Kentropix calcarata</i> |
|--|--|---|

23 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

| Comunidade | lagartos identificados (nome popular) | espécie (nome científico) |
|------------|--|--|
| CQAL | <ul style="list-style-type: none"> • jacuraru; teju • camaleão • rajadinho; calanguinho • tamaquaré • azulão • osga branca • osga preta; trapupeua • calango • tucuruxi/ jacuruxi • lagarto liso • “um verdão” • jacaranga • papa vento | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Tupinambis teguxin; Salvator merianae</i> • <i>Iguana iguana</i> • <i>Cnemidophorus</i> sp. • <i>Uranoscodon superciliosus</i> • <i>Ameiva ameiva</i> • <i>Hemidactylus mabouia</i> • <i>Thecadactylus rapicauda</i> • <i>Tropidurus</i> sp.?/ <i>Cnemidophorus</i> sp.? • <i>Dracaena guianensis</i> • possibilidade de várias espécies • dados insuficientes • ?? • <i>Anolis</i> sp.?/ <i>Tropidurus oreadicus</i>?/ <i>Plica umbra</i>? |

24 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

| Comunidade | lagartos identificados. (nome popular) | espécie (nome científico) |
|------------|---|--|
| CSF | <ul style="list-style-type: none"> • osga branca • osga preta • jacuraru; tejucuraru; teju • camaleão; iguana • papa vento • calango; rajadinho • joaninha • “médio, com o corpo verde e cabeça marrom”; azul • tamaquaré • te jucina • “uns pequenininhos” (várias cores) | <ul style="list-style-type: none"> • <i>Hemidactylus mabouia</i> • <i>Thecadactylus rapicauda</i> • <i>Tupinambis teguxin</i> • <i>Iguana iguana</i> • <i>Anolis</i> sp.? • <i>Cnemidophorus</i> sp. • <i>Gonatodes humeralis</i>, <i>Tropidurus</i> sp. • <i>Ameiva ameiva</i> • <i>Uranoscodon superciliosus?</i>/<i>Plica umbra?</i> • semelhante a <i>Tupinambis</i> sp • dados insuficientes |

25 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Hemidactylus mabouia e *Thecadactylus rapicauda* (respectivamente a osga branca e preta), foram citadas nas três comunidades sob diferentes nomes populares (tabela 1). Sobre a existência de uma terceira espécie de osga (osga branca “menorzinha”) acredita-se que possa ser apenas uma variação de *H. mabouia*. A variação de tonalidades entre os indivíduos de uma mesma espécie causava certa insegurança quanto à classificação da mesma pelos moradores, que acabavam por classificá-las como espécies distintas

O “lagarto liso”, citado na CQAL e CIT, teve sua identificação dificultada devido à variação registrada na descrição dos participantes das duas comunidades. Na CQAL, ele foi caracterizado como “o que parece uma cobra, mas com o rabo menor”, enquanto nas CIT foi caracterizado como “preto brilhante”, “rajado nas costas”, “que não cresce grande”. Pelas características relacionadas a essa espécie, acredita-se ter o corpo coberto por escamas lisas e brilhosas, como ocorre com representantes de *Mabuya* sp. (família Scincidae) e/ou *Arthrosaura reticulata* (família Gymnophthalmidae), ambos com ocorrência na área (RIBEIRO-JUNIOR e AMARAL 2017). Diferentes espécies podem ser nomeadas “calango-liso” (SEMAS, 2009; MVC, 2024), porém, as com ocorrência no estado do Pará, pertencem, em sua maioria, à família Scincidae, subfamília Mabuyinae.

As espécies nomeadas como teiú, teju, tejucuraru, jacuraru, não foram avistadas, tendo sido apenas identificadas por foto. Como os participantes relataram algumas variações (tamanho/cor) na imagem mostrada (*Tupinambis teguxin*), concluiu-se que os nomes populares supracitados podiam tratar tanto da espécie *T. teguxin* como da espécie *Salvator merianae* (MVC, 2024).

O lagarto denominado como “papa vento” foi classificado como pertencente ao gênero *Anolis*. Os participantes da CIT o descreveram como um lagarto verde que habita as árvores próximas aos corpos d’água e que seria possuidora de um papo que varia entre o vermelho e o amarelo, com a propriedade de inchar ao avistar pessoas (possíveis ameaças). Características estas que vão de acordo com o exposto para espécies do gênero supracitado (VITT et al. 2008). Os indivíduos deste gênero geralmente recebem este nome por causa ao apêndice gular presente nas espécies do grupo que, quando em movimento, daria a impressão de que este animal estaria engolindo o ar (VITT et al, 2008).

Ainda em relação à classificação desta espécie, houve duas exceções. Uma na CIT, onde um morador nomeou seus representantes como sarará, caracterizando-os como comuns na cidade, e outra na CQAL. Nesta última, um morador identificou o “papa vento” como um lagarto semelhante ao *Tropidurus hispidus* (ao ver uma foto deste), porém mais verde. De acordo com a literatura, existem na região algumas espécies de lagarto do gênero *Tropidurus* também denominadas popularmente como “papa vento”, como é o caso de *T. oreadicus* (RIBEIRO JÚNIOR e AMARAL, 2017).

O lagarto “joaninha” foi citado apenas na CSF. Conforme um dos entrevistados, é um lagarto de porte pequeno, com aproximadamente um palmo de tamanho, assemelhando-se à osga (lagartixa), tanto na aparência como nos hábitos, pois habita os tetos dentro das casas (morador Osc, maior de 60 anos). Este lagarto possui uma coloração escura, variando entre o preto e o marrom claro. A basear-se na literatura, acredita-se que possa

26 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

pertencer ao gênero *Tropidurus* ou ser um exemplar de *Gonatodes humeralis*, espécie encontrada na região (figura 03). Como posto por Vitt e colaboradores (2008), *Gonatodes humeralis* (família Sphaerodactylidae) é encontrada por quase toda a Amazônia e possui variação de cor e dimorfismo sexual, ficando entre os tons de marrom, cinza, preto, amarelo e vermelho.



Figura 03: Exemplar de *Gonatodes humeralis* fotografado na comunidade ribeirinha de São Francisco, município de São João da Ponta-PA. Fotografia: Beatriz N. Cosendey

Já o lagarto conhecido popularmente como “tamaquaré” foi frequentemente citado por moradores das três comunidades. Tanto na literatura, quanto nas CQAL e CIT, este nome popular foi relacionado à espécie *Uranoscodon superciliosus*. Na CSF, por sua vez, o nome “tamaquaré” foi utilizado para fazer referência a um tropidurídeo capturado durante uma observação de campo (figura 04).

Para os moradores desta comunidade, “papa vento” e “tamaquaré” seriam dois nomes utilizados para a mesma espécie de lagarto (*Tropidurus* sp). Dessa forma, assim como ocorrido na CQAL, os moradores da CSF chamam de “papa vento” algum exemplar de tropidurídeo. Segundo Vitt e colaboradores (2008), tanto *Tropidurus hispidus* quanto *Uranoscodon superciliosus* são espécies assemelhadas à *Plica umbra*, e pertencentes à subfamília Tropidurinae. Seria então, portanto, este o motivo da integração entre “papa vento” e “tamaquaré” na CSF.

O lagarto chamado de “azulão” foi caracterizado nas CSF e CQAL como representantes machos de *Ameiva ameiva* (figura 04). Nas aldeias indígenas, por sua vez, o “azulão” era relacionado a um lagarto azul do peito cinza, tida como uma espécie distinta de *A. ameiva* (comparação de fotos e relatos). Com isso, e sem um reconhecimento visual, não foi possível fazer a associação científica deste lagarto na CIT.

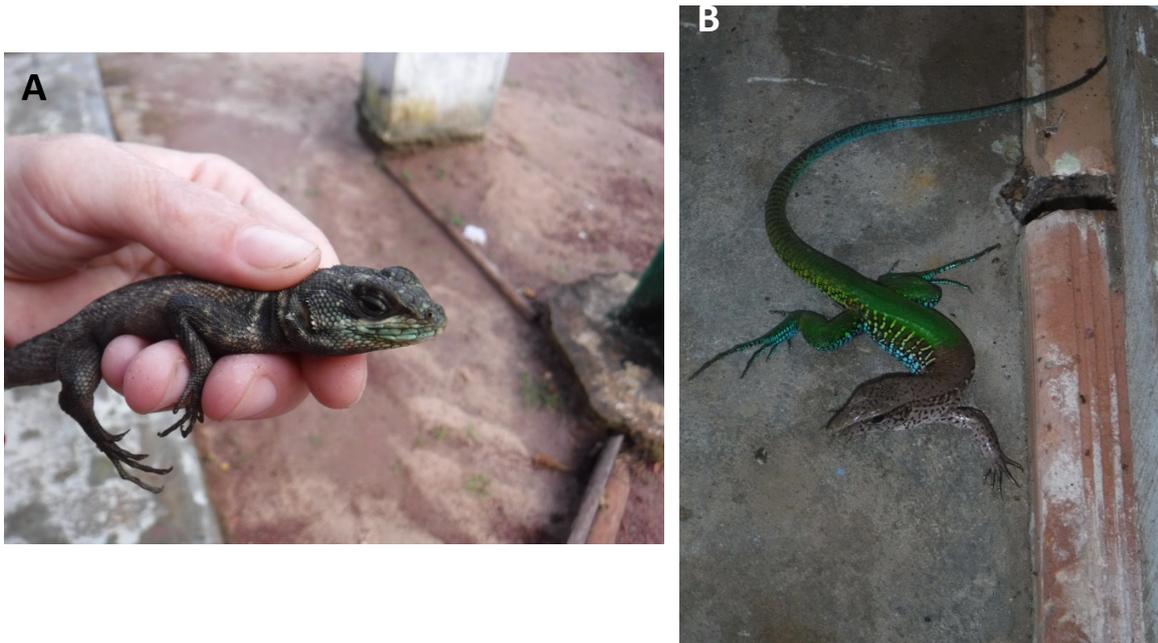


Figura 04: (A) Exemplar de *Tropidurus* sp. capturado na comunidade ribeirinha de São Francisco, município de São João da Ponta-PA (o exemplar foi solto em local semelhante logo após a seção de fotos) e (B) Exemplar de *Ameiva ameiva* avistado atrás da geladeira da escola indígena de Arumateua, distrito de Quatro Bocas, Tomé Açú-PA. Fotografia: Beatriz N. Cosendey

O “lagarto caçador”, citado pelos entrevistados da CIT, foi descrito como pertencente ao gênero *Mabuya* por 57% dos participantes. No entanto, houve divergência quanto a esta classificação. Alguns entrevistados categorizavam os lagartos caçadores como verdes e rajados e/ou sem a pele lustrosa (como o é para *Mabuya* sp).

Para os lagartos denominados “tejucina” (CSF) e “jacaranga” (CQAL) não encontramos referências na literatura popular ou científica (*Google Acadêmico*; *Web of Science*), possivelmente por se tratar de uma denominação regional. Tejucina foi descrito como semelhante ao teju, porém mais liso, e com hábitos arborícolas, ficando geralmente próximo à beira dos igarapés. A mesma descrição pode ser feita para o tucuruxi, citado na CQAL, e descrito na literatura como *Dracaena guianensis*.

Com isso, algumas observações que podem ser feitas referentes às narrativas obtidas são: (I) Os moradores da CQLA foram os que mais citaram nomes vernaculares para as espécies de lagartos local. (II) Na CSF foi frequente a confusão de “lagarto” com “tucura”, que seriam as lagartas (primeiro estágio larval dos insetos). (III) Os moradores das CITs foram os que menos relataram nomes próprios para os lagartos locais, fornecendo, em sua maioria, descrições qualitativas. Portanto, quando necessário, eram utilizados os nomes populares registrados nas outras comunidades por se tratar de espécies comuns. (IV) Na CIT, os lagartos de grande porte (como jacuraru e iguana) eram referidos pelo nome próprio, enquanto “lagartos” e/ou “calangos” era usado apenas os de porte pequeno. Ainda, estes eram agregados junto aos grupos dos insetos, por serem considerados pragas. Há dados na literatura que relatam casos semelhantes, sendo “inseto” não uma

divisão ética, mas êmica, categorizando um grupo de animais invasores, que fazem algum mal, ou trazem doença (SANTOS- FITA et al., 2010; ROSA e ORLEY, 2012).

3.3 Caracterização dos usos e importância dos lagartos

Assim como descrito na literatura (ALVES et al, 2012b; FISCHER, 2018; FIGUEIREDO, 1994), os participantes das comunidades abordadas nessa pesquisa também relataram o uso de partes e derivados dos lagartos (como banha e emplastos) para fins alimentícios, medicinais e espirituais.

Artesanato e apetrechos – Sobre o uso de couro e ossos de diferentes espécies de lagartos para fins ornamentais (ALVES et al. 2012b), houve apenas um relato de uma moradora da CQLA sobre o marido, que, no passado, vendia couro de jacuruxi (*Dracaena guianensis*) para artesanato. O negócio, no entanto, foi interrompido com a proibição da atividade. Foi registrado também o uso de lagartos como isca durante a pescaria, tidos como muito eficientes para este fim, segundo os entrevistados.

Alimento – O uso alimentício dos lagartos foi relativamente comum, uma vez que aproximadamente metade do total de participantes, nas três comunidades, relatou ter ingerido a carne de diferentes exemplares desse animal (58.8% na CIT, 57% na CQLA e 43.7% na CSF). A ingestão de ovos foi mencionada apenas nas comunidades ribeirinha e indígena, indo de acordo com a literatura, que evidencia a mesma raiz cultural para ambos os povos (MEGAM, 2005; LIRA e CHAVES 2016). Os ovos ingeridos, em sua maioria, eram da fêmea de camaleão (*Iguana iguana*). Apesar de ser uma prática comum nas comunidades pesqueiras (ALVES et al., 2012b), alguns entrevistados reclamaram do cheiro (pitiú) dessa iguaria. Apenas uma participante, moradora da CIT Aldeia Nova (DT, maior de 60 anos,) relatou já ter comido ovos da fêmea de tamaquaré (*U. superciliosus*). Este foi o único registro alimentício desta espécie; geralmente seus usos derivavam de fins espirituais.

A carne de “jacuraru” foi a mais comumente ingerida (26% dos entrevistados), sendo seguida pelas carnes de “azulão” e “camaleão” (12% cada); 4% não relatou a espécie ingerida. O consumo da carne de “azulão” (aqui se considerando a espécie *Ameiva ameiva*), no entanto, foi registrada apenas na CQLA, sendo também a espécie mais comumente ingerida nesta comunidade onde 75% dos moradores já se alimentaram de lagartos.

É de se ressaltar a vergonha com a qual os entrevistados relatavam o consumo de carnes e/ou ovos de lagartos. Este hábito foi frequentemente relacionado a um passado de alimentação difícil, quando havia baixa diversidade alimentar. Dentre os entrevistados, 80% relataram ter mudado seus hábitos, principalmente quando se tratava de *A. ameiva*. Os que mantiveram este hábito de consumo, ingeriam principalmente ovos da fêmea do camaleão e a carne do jacuraru.

No que se refere à palatabilidade, a grande maioria lembrou saudosamente dessa iguaria, relatando que com batata ou açaí, guisado ou frito, “é uma delícia”. Apenas uma participante (moradora da CQLA identificada como RN, menor de 12 anos) diz ter comido algum derivado de lagarto e não ter gostado. Assim como na literatura, registramos

29 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

comparações sobre a semelhança entre o gosto da carne de teiú e frango (ALVES et al, 2012b). O teiú (ordem Squamata) também foi comparado ao jacaré (ordem Crocodylia) por 10% dos entrevistados, em um exemplo de classificação etnotaxonômica (SANTOS-FITA et al, 2011). Neste contexto, os animais são agrupados com base na percepçãoêmica que os moradores possuem deles - incluindo sua aparência e usos - e não na sua sistemática (ROSA e OREY, 2012).

Medicina – Diversas são as partes dos lagartos (FISCHER, 2018; OLIVEIRA e SOUSA, 2018), e os fins (FIGUEIREDO, 1994; WILLIAMS et al., 2016) para os quais podem ser utilizadas. Isso ocorre do conhecimento sobre as propriedades dos bens naturais locais e à prática em utilizá-los para determinadas enfermidades (FIGUEIREDO 1994; ALVES e ALVES 2011). Segundo o cacique da CIT aldeia Tekenay, “Antigamente índio não precisava de remédio de farmácia. Eu nunca usei remédio de farmácia” (ET, maior de 60 anos).

O uso da banha (34% dos entrevistados) e couro (13.5%) de jacuraru foram os principais registros de zoterápicos. A banha é usada, na maioria das vezes para tratamentos externos, podendo também ser ingerida. O couro pode ser utilizado na forma de emplastro, chá, ou defumado, dependendo da finalidade. A banha de jacuraru foi registrado como bom para: machucado (6 relatos), picada de inseto (6), dor de garganta (5) e reumatismo (5). Além disso, ela é considerada como boa para expurgar espinho, facilitar a dentição de recém-nascido e aliviar dor nas juntas (1 citação cada). Já o uso do couro como zoterápico ocorreu majoritariamente na CIT, sendo utilizado também contra picada de "inseto" (inclusive os peçonhentos) e para facilitar a respiração de indivíduos asmáticos.

O uso desses zoterápicos entre os moradores é comum e frequente, como depreendemos do relato do Sr F., morador da comunidade quilombola Samaúma – vizinha à África-Laranjituba. Lá, ele possui armazenado um estoque de banhas de animal, produzidas por ele próprio, para todas as serventias (Figura 5). Dentre os répteis estão a jiboia, o jacuraru e o camaleão, mas as fontes vão muito além, englobando veado, preguiça, entre outros mamíferos. Segundo ele, moradores de sua comunidade e da comunidade vizinha frequentemente recorrem aos seus produtos para alguma enfermidade ou necessidade específica.



Figura 05: Estoque de banhas de diferentes animais produzidas e armazenadas por um morador da comunidade quilombola de Samaúma. Fotografia: Beatriz N. Cosendey

Espiritual – Também chamado de “mandinga”, o uso esotérico dos lagartos teve o tamaquaré como seu principal representante (figura 06). Imortalizado no carimbó da cantora paraense Dona Onete, seus usos vão muito além do chá e do embalo da rede citados na música “Feitiço Caboclo”. Segundo os relatos coletados, pode-se usar o couro, o miolo e o olho desse espécime. Todavia, independentemente da parte utilizada, ou da forma do preparo, o uso do tamaquaré está sempre relacionado à obtenção de vantagem sobre o outro – ou, segundo Jacito e Barros (2019), lerdar ou amansar uma pessoa. Segundo o pajé da Aldeia Kunuwaru (CT, 60 anos), o uso do tamaquaré decorre de seu comportamento na natureza. Por ser um animal tranquilo e lento, é caracterizado como sorrateiro. Ele se camufla nos troncos da beira do rio, fazendo sua presença difícil de ser notada. Nesse sentido, por capturar facilmente suas presas, fez-se a associação de que ele teria a capacidade de deixar os outros (pessoas ou presas) “panemas/patetas”.



Figura 07: Exemplar de *Uranoscodon superciliosus*, popularmente conhecido como tamaquaré, fotografado na comunidade indígena Kunawaru. Fotografia: Beatriz N. Cosendey

Essa explicação é a mesma encontrada na literatura, inferindo que as conclusões às quais chegou o participante trata-se de um conhecimento intrínseco do meio a partir de observações diretas e cotidianas (SANTOS-FITA et al., 2010; ALVES et al., 2012b; JACITO e BARROS, 2019). Segundo os autores citados, as finalidades para as quais os animais são utilizados variam de acordo com os seus hábitos e comportamentos. Assim, a partir da releitura cultural dos moradores (REICHEL-DOLMATOFF, 1976) ao utilizar produtos derivados de um lagarto sorrateiro, a pessoa teria a capacidade de tirar vantagens sobre as outras.

O jacuraru, apesar de não tão divulgado, também poderia ser usado com fins espirituais. Segundo moradores da CSF, a defumação do couro e/ou do osso do jacuraru pode ser usada para evitar feitiços e energias ruins.

3.4 Estórias, “causos” e relatos

As duas espécies de lagartos mais mencionadas foram as osgas – ou lagartixas – *Hemidactylus mabouia* e *Thecadactylus rapicauda*, citadas em 66% dos relatos (35/53). Os moradores mostraram ter uma visão negativa de ambas as espécies, que variava dependendo da comunidade.

Hemidactylus mabouia foi tida como perigosa principalmente pelos moradores da CSF. Conforme os relatos locais, o animal encontra-se ativo sobretudo à noite, quando atravessa os mosquiteiros para sugar o sangue da pessoa. Essa ação pode se repetir por algumas noites (geralmente até o consequente abate do animal), deixando marcas escuras na pele. Dentre as estórias narradas, 21% relataram conhecer diretamente a pessoa lesionada.

Para a pesquisa sobre o comportamento desses animais nas bases de dados foram utilizados os seguintes termos: “bite OR suck*”/ “suck* AND blood” e “chupa AND sangue”

para os gêneros *Hemidactylus* e *Thecadactylus*. No entanto, esta pesquisa na literatura científica não rendeu resultados. Por outro lado, blogs e sites de dúvidas abordam essa temática. De acordo com o site “mitos e curiosidades de bicho” (RONCON, 2018), esse equívoco decorre do fato das lagartixas sugarem nosso suor em busca de sais e potássio, componentes necessários na sua alimentação. Ainda, o fato dessa ser uma espécie comum dentro das casas (VITT et al. 2008) e da região amazônica ser uma área de alta temperatura, fazendo com que o suor seja uma constante, contribui com a frequência deste comportamento nas áreas estudadas. Já sobre as marcas vermelhas/pretas deixadas pelo animal, não foi encontrado nenhuma referência.

Essa lagartixa também foi tida como venenosa ao toque. Segundo os entrevistados, ela seria possuidora de um veneno que, quando em contato direto com a pele, causaria queimaduras e lesões, conforme dito por um morador da CSF:

“Essa osga, ela tem um veneno com ela...pode olhar na mão dela, chega a ser branca! (...) Onde ela [a osga] cai na parte do corpo da gente, fica assado” (morador JI, 31-60 anos

À menção do “branco da mão” conclui-se a referência às almofadas digitais, bem destacadas nessa espécie. Por sua vez, as lesões podem estar associadas ao “cobreiro”, nome popular para uma doença dermatológica de pequenas e dolorosas erupções vermelhas, frequentemente associadas ao contato direto com lagartixas. No entanto, não se encontrou nada na literatura que comprovasse essa relação. Como dito por Morais (2005), boletins médicos descrevem essa doença como a herpes zoster, doença viral, que nada teria a ver com os répteis.

Segundo o estudo desenvolvido por Ceriaco (2010) em Portugal, a relação dos humanos com esses gekkonídeos sofrem interferência direta das histórias folclóricas a seu respeito, fazendo com que a desmistificação seja muito importante para a conservação. Outros répteis também estão sujeitos a este julgamento *folk* (FIGUEIREDO, 1994). Como exemplo temos as serpentes, cuja máxima sobre a diferenciação das espécies peçonhentas e não peçonhentas – popularmente difundidas em nosso meio, mas que não atendem à nossa realidade – foram também importadas de Portugal (COSENDEY e SALOMÃO, 2016).

A ação de sugar sangue foi associada também à lagartixa preta *T. rapicauda* por uns poucos moradores da CSF. No entanto, o principal comportamento relacionado a essa espécie, tanto na CQLA quanto na CIT, foi ferir as pessoas com a cauda. De acordo com os moradores, ela costuma cantar pela mata e no açazal, seja de dia ou noite, e jogar o rabo nas pessoas ao se sentir ameaçada. O rabo foi sempre uma característica marcante durante os relatos, sendo descrito como “curtinho” e “com um nó no meio”.

Na literatura, podemos encontrar referência a alguns dos pontos relatados. De acordo com o guia escrito por Vitt e colaboradores (2008), os machos dessa espécie emitem sons (vocalização) – referência ao canto - e parecem ser territorialistas – o que explicaria o fato de associarem ela ao açazal. O hábito de “soltar o rabo” é muito comum entre os lagartos, sendo uma ação de defesa chamada autotomia. Essa tática consiste em liberar a cauda que continuará em movimento distraindo seus predadores, enquanto o indivíduo ganha tempo na fuga. A cauda crescerá novamente, sem pontos de fratura, e muitas vezes torta (ARAÚJO et al, 2010; BABAN et al, 2022).

33 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Ainda segundo Vitt e colaboradores (2008), a cauda regenerada de *T. rapicauda* teria um formato de cenoura, sendo mais larga na base (onde encontra com o corpo), fazendo referência ao formato descrito pelos moradores. Não encontramos, no entanto, nenhuma menção sobre as propriedades lesivas desse membro. Inclusive, como posto por Passos (2016), não existe, em território nacional, lagartos venenosos ou peçonhentos.

Para ambas as espécies citadas, e assim como discutido na literatura, a aparência do animal mostra ter um peso na classificação e na percepção dos moradores (CERÍACO, 2010; FITA et al, 2011). Isto é reforçado ao consideramos que a palavra *osga* vem do árabe *wazaghah*, que significa algo de aspecto asqueroso (CERÍACO, 2010). *H. mabouia* – de pele esbranquiçada e transparente, às vezes sendo possível ver seus órgãos – é tido como perigoso ao toque. Enquanto *T. rapicauda*, de olhos grandes e aspecto assustador, é tida como agressiva e ameaçadora. Acrescenta-se ainda o fato desta espécie não ter pálpebras, provocando desconforto e receio nas pessoas, por manter seus olhos constantemente abertos.

Outro lagarto considerado venenoso foi o “jacuraru”. Segundo relatos, durante o período de um mês (variando entre maio/junho), tanto a mordida, quanto a própria carne do animal fica venenosa, não podendo ser ingerida. A considerar-se que na Amazônia a época mencionada representa o início do verão, época de forrageamento e reprodução da espécie (WINK et al. 2011), supõe-se que a estória possa ser decorrente do comportamento reprodutivo do animal.

No período de reprodução, os animais podem tornar-se mais agressivos a fim de garantir a perpetuação da espécie. Como consequência, essa percepção local pode ter sido gerada em torno da recomendação de se não caçar a espécie nessa época, devido à sua potencial agressividade. Afinal, como posto por Vitt e colaboradores (2008), os lagartos amazônicos não oferecem perigo às pessoas, mas os de porte grande podem morder com força.

Ainda, alguns entrevistados relataram que, quando amarrado de cabeça para baixo, o jacuraru se derrete em pus após um tempo. Apesar de não ter ficado claro se isso ocorreria em qualquer época do ano, ou se apenas quando este mostra-se venenoso/agressivo, o fato fez com que alguns participantes deixassem de se alimentar dessa espécie após presenciar tal cena.

Por fim, o “jacuraru” também foi personagem principal de um duelo narrado contra a surucucu; estória essa contada na comunidade ribeirinha e confirmada em uma das aldeias indígenas. Segundo consta, a mordida deste animal pode ser tão violenta que ele é capaz de vencer uma cobra venenosa. Durante o dito duelo, ao ser mordido pela cobra, o animal se lambuzara e se alimentara dos frutos jovens do açaí, ganhando vitalidade para voltar à luta. Após várias pausas e revigoramento, ele acabou por vencer a batalha. Na CSF, esse caso foi observado e repassado por um mateiro, conhecido do avô de um dos entrevistados.

O “papa-vento” também teve papel principal em uma estória, caracterizada como lenda, narrada pelo participante da CIT Aldeia Nova (TT, idade acima de 60 anos). Segundo o entrevistado, quando este lagarto morde uma pessoa, ele corre para a água. A pessoa mordida então deve correr, pois quem beber a água primeiro será o vencedor, causando consequentemente a morte do outro. Em Fita e colaboradores (2010) podemos ver narrativas semelhantes tendo como foco outros animais, como as cobras.

Já o “calango caçador”, tido como pateta por alguns e como arisco por outros, foi protagonista de outra estória narrada na CIT Aldeia Yriwara. Para saber se a pessoa tem o dom de “puxador” (pessoa com talento para massagem, curar osso quebrado, distensões, e outras contusões), ela teria que pegar um calango caçador na mata, desmembrá-lo e montá-lo novamente; se o calango saísse andando, a pessoa era portadora do dom. Esse teste geralmente é feito ainda quando criança, para trabalhar o dom desde cedo. As outras aldeias onde foi realizada a pesquisa, no entanto, não sabiam ou não comentaram sobre essa estória.

O tamaquaré foi a espécie com maior fama e gama de estórias, geralmente classificadas como “mandinga” ou “feitiçaria”. Em sua maioria, eram contadas de forma a se desvincular de seu narrador, deixando claro nunca ter sido o participante, nem nenhum conhecido direto, quem teria feito uso do artifício. O chá do tamaquaré – feito com o couro ou a cabeça do animal – foi a versão mais citada. O único caso pessoal relatado foi de um morador da CSF, participante mais idoso dessa comunidade. O entrevistado relatou que, quando tinha seis anos, estava pela trilha com a mãe quando avistou um tamaquaré. Ameaçou caçar o animal, mas sua mãe o alertou para não fazer isso, pois o lagarto era feiticeiro. Mesmo tendo desistido da ação, apenas o encontro lhe ocasionara uma dor de cabeça intensa e duradoura, que só passou após ser benzido.

Também notamos falas de cunho religioso envolvendo os lagartos. Segundo um participante da CIT Aldeia Turé-Mariquita (LT, com idade entre 31-60), os lagartos teriam sido criados apenas no sexto dia. Estando cansado, [Deus] deu apenas uma talhada na cabeça do animal, deixando para terminar depois; razão pela qual os lagartos teriam a cabeça pontuda até hoje. Dessa fala, percebe-se um distanciamento, comum entre os moradores da CIT, em relação aos lagartos, que seriam “criaturas incompletas”, “deixados de lado durante sua criação”.

A partir dos relatos transcritos, pode-se influir que a aparência e comportamento dos animais é uma forte constante no julgamento humano para com os mesmos (Fita et al., 2011). Em acordo com Crump (2015), o desconhecido é um fator chave para o temor sentido em relação aos répteis. Ressalta-se assim, mais uma vez, o valor da quebra de preconceitos e da desmistificação das estórias na proteção à fauna não carismática.

3.5 Relação com a herpetofauna local

Inicialmente percebeu-se que, de modo geral, os moradores das três comunidades mostraram uma relação de indiferença com os lagartos, dizendo apenas que eles ficavam ali pelo mato. Contudo, durante investigação mais profunda evidenciou-se que havia sentimentos e reações diferentes, dependendo da espécie de lagarto que estava sendo mencionada. Um caso claro foi o das “osgas”, as quais raramente passavam despercebidas e, muitas vezes, eram mortas para se evitar qualquer infortúnio. Apesar do temor, os relatos sobre esses animais incluíam também informações detalhadas sobre seus hábitos e comportamentos no ambiente. Ou seja, em meio ao discurso de asco e medo, registramos também um detalhado e despercebido estudo sobre as condições de alimentação das lagartixas.

35 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Foram feitas também menções sobre a ecologia e biologia de outras espécies. Ao se indicar a melhor hora e local para se encontrar determinada espécie, se obtinha, por exemplo, informações detalhadas sobre o horário de atividade e hábitat preferencial dos lagartos. Essas informações abordavam não só períodos circadianos, ou seja, atividades realizadas dentro do período de um dia (24h), mas também atividades anuais, sendo informada a relação entre taxa de encontro e época do ano. Segundo os entrevistados, o verão era a época durante a qual eles mais avistavam lagartos devido à frequência das chuvas. Já o tamaquaré possuía um comportamento diferente; frequentador dos troncos próximos aos rios e igarapés, preferia a época seca, sendo mais difícil encontrá-los durante a cheia.

Os moradores contribuíram também com dados informativos sobre a área de vida de algumas espécies. O camaleão, apesar de presente nas três comunidades, foi tido como raro para os moradores da Aldeia Kunawaru – a aldeia mais distante entre as CIT visitadas. Foi-nos indicado pelos moradores que há registro desse animal em áreas próximas não sendo comum, no entanto, esse lagarto chegar até a aldeia em questão.

Na CIT Aldeia Tekenaè, a moradora LT, entre 31 e 60 anos, nos deu um relato específico sobre um camaleão que havia aparecido no local há poucos dias. Além de não ser comum na região, esse indivíduo em questão tinha proporções descomunais, nunca antes vistas por eles. Por medo e precaução, resolveram matá-lo. Neste caso, nem a carne nem o couro foram utilizados, tendo sido o medo a motivação principal da ação. Esse relato representa o “medo do desconhecido”, proposto por Crump (2015). Interessante notar que argumento semelhante foi dado pelo morador da CIT Aldeia Turé-Mariquita (FT, entre 18 e 30 anos), que explicou sobre o medo que os moradores tinham do que não estavam acostumados. Segundo o entrevistado, a reação geral era agredir “a coisa” em questão, tendo sido esse o motivo do ocorrido com o camaleão.

Nas comunidades trabalhadas, a interação entre as pessoas e os lagartos começava desde a infância, seja com o teste de aptidão do “puxador” (seção 3.4), seja ao se brincar e caçar os lagartos. Esta última atividade limitava-se aos calangos de pequeno porte, que eram caçados com baladeira, com a mão ou com flechinhas (no caso da comunidade indígena). Apesar de comum e geracional, muitos responsáveis, atualmente, disseram chamar a atenção de seus filhos quanto a este hábito. Por sua vez, os lagartos de porte grande, como o jacuraru, são caçados principalmente pelos donos de galinhas, quando o animal ataca a criação e seus ovos; comportamento também descrito por Alves e colaboradores (2012a).

3.6 Relevância para a conservação

A partir dos relatos apresentados, analisados e descritos nas seções anteriores, percebemos o conhecimento empírico, caracterizados como Conhecimento Ecológico Local (*Local Ecological Knowledge* - LEK) dos moradores sobre a fauna de lagartos local (ASWANI e LAUER, 2013). As discussões sobre a necessidade de proteger os conhecimentos tradicionais iniciaram-se na década de 1980, sobretudo devido ao interesse financeiro da indústria farmacêutica (GARCÉS, 2007). Isso se torna ainda mais relevante uma vez que registramos, principalmente nos jovens, certo desinteresse na história cultural e na valorização dos bens naturais de suas terras.

36 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Apesar de se esquivarem de perguntas tidas como “científicas”, sabiam relatar, dentre outros aspectos, quais eram as espécies locais, a hora de atividade e o comportamento de cada uma. Essas informações sobre características comportamentais, biológicas e ecológicas dos moradores em relação à herpetofauna de lagartos local, são tidas como sinais eficientes para identificação e previsão de impacto em longo prazo e base fundamental para projetos de conservação (ASWANI e LAUER, 2013). Por exemplo, temos os dados sobre a densidade da herpetofauna de lagartos. Além da percepção sobre a diminuição geral dos lagartos, ou desaparecimento de determinada espécie, os moradores apontavam a possível principal causa para tal.

Em proporções diferentes, as três comunidades relataram ter percebido alguma alteração na fauna de lagartos, contabilizando 83,3% dos entrevistados da CQAL, 84% da CSF e 28% na CIT. Na CQAL, 39% dos entrevistados apontou o desaparecimento de alguma espécie e 44,5% a diminuição na quantidade geral de lagartos. A diminuição (ou desaparecimento) da espécie conhecida como “azulão” foi a mais comentada pelos moradores desta comunidade. Segundo os relatos, essa espécie é muito visada pelos gatos, observação feita também nas outras comunidades. Para além disso, argumentam que a presença dos felinos nas casas possa ter causado um afastamento geral dos lagartos para a área de mata, sendo esse o motivo da diminuição no percentual de encontro.

Na CSF 16% dos participantes relataram uma diminuição dos lagartos de porte grande em geral (e.g. “jacuraru”, e “azulão”). Ainda, 58% dos relatos identificavam uma baixa no número dos lagartos da mata, enquanto perceberam 16% apontavam para um aumento da quantidade de lagartos dentro das casas.

Já na CIT o resultado foi diferente. Nessa comunidade, o número de participantes que relatou uma diminuição do número de indivíduos ou a um afastamento deles para a área de mata foi menor (14%), assim como o desaparecimento, ou quase, dos lagartos de grande porte (14%). A maioria dos entrevistados (52,6%) disse não ter notado nenhuma alteração em relação à quantidade de lagartos, ou não relatou nada a respeito.

Além dos gatos, os próprios humanos também foram apontados como responsáveis pela diminuição/ afastamento dos lagartos. As principais causas seriam os usos pessoais (indicados na seção 3.3) e a caça, tanto dos lagartos de porte pequeno (principalmente por crianças), quanto dos grandes (para vingar/evitar a morte das galinhas).

Em contraponto, houve também relato de aparecimento de espécies exóticas que não pertenciam à comunidade original de lagartos. Sobre essas, os moradores também forneceram informações detalhadas sobre seu ciclo de aparecimento e fixação.

Cnemidophorus sp. foi identificado como espécie invasora na CQAL e CSF. Segundo os relatos, na CQAL, ele teria aparecido na mesma época da construção das casas de alvenaria. Os moradores observaram que os ovos dessa espécie vieram na areia da construção e que desde então a mesma teria se fixado no local. Acrescentaram ainda que a espécie, ou os ovos dela, teriam uma substância tóxica, pois “quando o gato come, fica louco” (frase dita em uma reunião geral com os moradores da CQAL para apresentar o projeto de pesquisa e posteriormente por uma entrevistada). Já na CSF, apenas um único entrevistado identificou *Cnemidophorus* sp. como nova. Segundo ele, ela teria sido trazida por um morador do Maranhão e se difundido pela área. Os outros entrevistados,

no entanto, não notaram a presença recente de nenhuma espécie diferente e afirmaram que já existia *Cnemidophorus* sp. na região.

Tropidurus sp foi identificado como espécie nova na CIT, onde os moradores dataram o aparecimento dessa espécie juntamente com a chegada da Biopalma, empresa da Vale responsável por uma grande plantação de dendê na área. De acordo com um morador da Aldeia Turé-Mariquita (FT, idade entre 19-30 anos), haveria uma Zona de Amortecimento (ZA) mínima de 10 km entre a marcação da terra indígena e a plantação de dendê, que não estaria sendo respeitada pela empresa. Esse estreitamento da ZA em alguns pontos, de onde se poderia notar a proximidade dos dendezeiros, proporcionou não só a chegada dos calangos na comunidade, mas também de aranhas, insetos, emboás e cobras, além da poluição de alguns igarapés. Além de espécies invasoras, a plantação de dendê trouxe ainda alteração da dieta das espécies nativas, causando a engorda das presas.

Nos termos de Souza e colaboradores (2009), quando se passa a perceber a presença de uma espécie nova, é porque praticamente já não há solução para o problema. Segundo esses autores, espécie invasora é aquela que não é nativa da região onde se encontra, passando por algumas etapas até seu estágio de fixação final. Inicialmente, ela precisa sobreviver ao transporte até a nova localidade – geralmente isso ocorre como nos casos supracitados, em que alguns indivíduos ou seus ovos são transportados juntamente com outro material. Após essa etapa, a espécie se adapta às condições ambientais da localidade hospedeira, bem como aos recursos disponíveis, tendo de estar apta a se reproduzir e expandir. Uma vez fixadas à nova localidade, as espécies invasoras podem ser muito danosas às nativas, pelo simples fato de não terem predador. A inserção de um nível à teia trófica desestabiliza todo o equilíbrio de um ecossistema; um equilíbrio novo e ligações tróficas novas podem ser reestabelecidos, mas o dano gerado nesse caminho por vezes é irreparável, como a extinção local de algumas espécies (SOUZA et al, 2009).

4. Conclusão

A partir dos dados discutidos, percebemos que os moradores demonstraram alto grau de Conhecimento Ecológico Local e interação com os bens naturais. Por meio de suas observações cotidianas, os entrevistados forneceram informações sobre o comportamento e hábito dos lagartos. Essas narrativas são de suma importância para projetos de manejo e conservação, pois raros são os estudos ecológicos que conseguem abranger tão longo termo de monitoramento da dinâmica de um dado local. Assim, alterações ambientais sentidas pelos moradores, tiveram suas causas e consequências prontamente identificadas.

A fauna de lagartos demonstrou ter um papel passado e presente no cotidiano dos moradores em diferentes instâncias: cultural, alimentar (uso direto ou indireto) e de saúde. Desse modo, ressaltamos o dano que a fixação de espécies invasoras pode causar. Uma vez que a manutenção do ecossistema é de interesse dos próprios habitantes, há de se valorizar a demarcação dos territórios e aumentar a fiscalização das empresas que se instalem ao redor. Ainda mais se esta tem um histórico permeado por crimes e desastres ambientais.

Registramos um desinteresse dos mais jovens para com seu território e o abate destes animais, seja durante as brincadeiras das crianças, para uso próprio de algum morador, ou como resposta ao medo do desconhecido. Com isso, fica o registro da importância de estudos etno(bio)lógicos e trabalhos ambientais na desmistificação da fauna não carismática e na quebra de alguns paradigmas posto pelo tempo e gerações. Isto evitará que os animais sejam percebidos como nocivos e mortos sem que necessariamente haja alguma ameaça real.

Por fim, concluímos que a demarcação de terras tradicionais é factível com a proteção e uso sustentável do ambiente. E que o conhecimento dessas populações que habitam o local por gerações é imprescindível para informações ecológicas e de conservação.

Agradecimentos

Agradecemos aos mediadores R.M.C. Nascimento; Seu João e Adria Macedo; e Otávio Silva, por auxiliarem, respectivamente, os acessos às comunidades quilombola África-Laranjituba; à comunidade ribeirinha de São Francisco e às aldeias indígenas Tembê. Agradecemos a todos os entrevistados, com destaque ao Felipe Tembê e Pajé Cláudio. Agradecemos também ao LAENA, pela produção dos mapas, V. Menezes pela revisão do manuscrito e a todos os revisores e revisoras anônimo(a)s que colaboraram para uma melhor estruturação deste artigo. BNC recebeu bolsa de doutorado FAPERJ (processo número: E-26/200.507/2016) e bolsa PCI CNPq (processo 302188/2024) durante parte da realização dessa pesquisa.

Referências

- ALBUQUERQUE UP, LUCENA R.F.P; CUNHA, L.V.F.C; ALVES, R.R.N. **Methods and techniques in Ethnobiology and Ethnoecology**, 2ª ed. New York: Springer, 2019, 340p.
- ALONSO, S. disputa pelo sangue: Reflexões sobre a constituição da identidade e “unidade Tembê”. **Novos Cadernos NAEA**; 2(2): 33-56, 1999.
- ALVES, R.R.N.; ALVES, H.N. The faunal drugstore: Animal-based remedies used in traditional medicines in Latin America. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine** 7:9, 43pp, 2011.
- ALVES, RRN; et al. A review on human attitudes towards reptiles in Brazil. **Environmental Monitoring and Assessment**; 184:6877-6901, 2012a.
- ALVES, RRN; et al. A zoological catalogue of hunted reptiles in the semiarid region of Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**; 8:27, 2012b.
- ANDREU, GC. Mitos, leyendas Y realidades de los reptiles em México. **Ciência Ergo Sum**; 7(3): 286-291, 2000.
- ASWANI, S; LAUER, M. 2013. Indigenous People's Detection of Rapid Ecological Change. **Conservation Biology**; 28 (3): 820–828

39 **ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE**

ARAÚJO, T.H.; FARIA, F.P; KATCHBURIAN, E.; HAAPALAINEN, E.F. (2010) Ultrastructural changes in skeletal muscle of the tail of the lizard *Hemidactylus mabouia* immediately following autotomy. **Acta Zoologica**, 91 (4): 440-446

BABAN, N.S. et al. Biomimetic fracture model of lizard tail autotomy, **Science**, 10.1126/science.abh1614, 375, 6582, (770-774), (2022).

BALÉE, W. **Povos Indígenas do Maranhão - Ka'apor. Povos Indígenas do Brasil**, Instituto Socioambiental (ISA), 2018. Acessado em 11 de maio 2019. Disponível: <http://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Ka'apor>.

BALICK, M.J. Traditional Knowledge: lessons from the past, lessons to the future. **Routledge Handbook of Biodiversity and the Law**. 1st ed. Routledge: Reino Unido, 2017. 15pp.

BARBOZA, R.S.L.; PEZZUTI, J.C.B. Etnoictiologia dos pescadores artesanais da Resex Marinha Caeté- Taperapu, Pará: aspectos relacionados com etologia, usos de hábitat e migração de peixes da família Sciaenidae. **Sitientibus série Ciências Biológicas**, 11(2): 133–141, 2011.

BARBOZA, R.S.L.; SANTOS, E.M.; CORREIA, J.M.S.; MASCARENHAS JÚNIOR, P.B. (2021). Etnozoologia aplicada à conservação de jacarés. *In*: Barreto-Lima, A.F.; Santos, M.R.D.; Nóbrega, Y.C. (Orgs.) **Tratado de crocodilianos do Brasil**. 1ed. Vitória: Instituto Marcos Daniel, 2021. P. 425-455

BRAZIL, V. **A Defesa contra o Ophidismo**. São Paulo. Pocaí & Weiss, 1911. 141pp.

CASTELLO, L. A Method to Count Pirarucu *Arapaima gigas*. Fishers, Assessment, and Management. **North American Journal of Fisheries Management**, 24: 379–389, 2004.

CERÍACO, LMP. Gecko's folklore in portuguese oral tradition. **Proceedings of the international conference on oral tradition - Orality and cultural heritage**, 11: 211-217, 2010.

COSENDEY, BN. **Anotações produzidas durante uma visita ao Museu do Presépio**. Belém, 2019. [Arquivo pessoal].

COSENDEY, BN; SALOMÃO, SR. Mídia e educação: Os ofídios por trás das câmeras – répteis ou monstros? **Revista Eletrônica de Educação**, 10(3): 251-265. ISSN: 1982-7199, 2016.

COSENDEY, BN et al. Six Years later...New population monitoring data for an endemic and endangered coastal lizard species in Brazil. **Journal of Coastal Conservation**. 24:49, 2000.

CRUMP, ML. **Eye of newt and toe of frog, adder's fork and lizard's leg: the lore and mythology of amphibians and reptiles**. Chicago: University of Chicago Press, 2015.

DIEGUES, ACS. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. 162p.

FIGUEIREDO, N. Os “bichos” que curam: os animais e a medicina de “folk” em Belém do Pará. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi- série Antropologia**, 10(1): 75-91, 1994.

FISCHER, ML.; et al. Uso de animais como zooterápicos: uma questão bioética. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro-RJ; 25(1): 217-243, 2018.

GARCÉS, CLL. Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais: Tendências e perspectivas. *In*: **Proteção aos conhecimentos das sociedades tradicionais**. Orgs: Barros,

40 **ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE**

B.S. *et al.* Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi: Centro Universitário do Pará, p. 71-83, 2007.

HUNTINGTON, P.H. Using Traditional Ecological Knowledge in Science: Methods and Applications. **Ecological Applications**, 10(5): 1270-1274, 2000.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro, IBGE, 2023

JACITO, FO; BARROS, FB. Sorte, dinheiro, amor...: o que os 'animais' da Amazônia podem fazer por nós, 'humanos'? **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 3, p. 943-962, set.-dez. 2019.

JACOBSON, SK; DUFF, MD. Training idiot savants: The lack of human dimensions in conservation biology. **Conservation Biology**, 12(2), 263–267, 1998.

LEITE, MCVA. **Cobras e sapos: esses bichos malditos! Um estudo sobre a relação entre saberes populares e saberes acadêmicos na educação ambiental**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, 2004. 243p.

LEITE MS. **Transformação e persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

LIMA, J.; BRAGA, T.M.; SILVA, D.F.; PEZZUTI, J.C.; REBELO, G.H. Mapeamento participativo do uso dos recursos naturais e conhecimento tradicional sobre ecologia de quelônios na várzea do rio Purus, Brasil. **Paper do NAEA** 294, 24p, 2012.

LIRA, TM; CHAVES, MPSP. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande-MS; 17(1): 66-76, 2016.

LOPES, RCS. Os Tembé/Tenetehara de Santa Maria do Pará: Entre representações e diálogos antropológicos. **Iluminuras**, Porto Alegre; 16 (38): 219-254, 2015.

MAIA, BNB; et al. Projeto Tembé: Ações de Saúde Bucal em Seis Aldeias Indígenas de Tomé-Açu, Pará, Brasil. **Revista saúde**, v. 10, n.3-4, 2016.

MARQUES, JA.; MALCHER, MA. Territórios quilombolas. **Cadernos ITERPA- Instituto de Terras do Pará**, Belém –PA; 3: 76 pp, 2009.

MALCHER, MAF. **Identidade Quilombola e Território**. Trabalho apresentado no III Fórum Mundial de Teologia e Libertação, 2009. Acessado em 06 de maio 2019. Disponível: <http://www.wftl.org/pdf/046.pdf>.

MEDERIOS, P.M.; ALMEIDA, A.L.S.; LUCENA, R.F.P.; ALBUQUERQUE, U.P. The role of visual stimuli in ethnobotanical surveys: An overview. **Current Topics in Ethnobotany**, 2008: 125-137 ISBN: 978-81-308-0243-5, 2017.

MEGAM, Relatório do Projeto. **Estudos das mudanças socioambientais no estuário amazônico**. Belém: NAEA, 2005.

MELLO, MM. **Reminiscências dos Quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012. 267p

MENDONÇA, LET.; et al. Caatinga ethnoherpetology: relationships between herpetofauna and people in a semiarid region of northeastern Brazil. **Amphibian & Reptilia Conservation**; 8(1): 24-32, 2014.

41 **ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE**

MORAIS, JAD. Breves nótulas médico-antropológicas sobre o tratamento vernáculo do “cobro” (herpes zóster) no Alentejo, Portugal. **Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna**; 12 (2): 57-62, 2005.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada**. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 230p.

MVC. **Museu Virtual do Cerrado**, 2024. Acessado em 21 de junho 2019. Disponível: <http://www.mvc.unb.br/pesquisa/especies/lista-de-especies>.

NASCIMENTO, RMC. **Comunidades quilombolas África e Laranjituba: um estudo das práticas e fenômenos que constituem sua gestão territorial tradicional**. 96 f. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) – Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2017.

OLIVEIRA, PR.; SOUSA, BM. Répteis e seres humanos: discutindo essa relação. *In: Impactos Antrópicos: Biodiversidade aquática & terrestre*. Orgs: Andriolo, A.; Prezoto, F.; Barbosa, BC. Real Consultoria em Negócios Ltda, Juiz de Fora-MG;1(3):31-49, 2018.

PACHECO, JM. Entomologia: o que é inseto? **Informativo da Sociedade Brasileira de Entomologia**; 1: s. n, 2001.

PASSOS, D. **Lagartos brasileiros: peçonhentos não, mas nem tão inofensivos!** CEVAP-UNESP, 2006. Acessado em 19 de junho 2019. Disponível: <http://cevap.org.br/2016/04/26/lagartos-brasileiros-peconhentos-nao-mas-nem-tao-inofensivos/>.

PEZZUTI, J.C.B.; BARBOZA, R.S.L.; NUNES, I.; MIORANDO, P.; FERNANDES, L. Etnoecologia e conservação de quelônios amazônicos: um estudo de caso. *In: A Etnozootologia no Brasil: Importância, Status atual e Perspectivas*. Volume 7. 1 edition. Edited by: Alves RRN, Souto WMS, Mourão JS. Recife, PE, Brazil: NUPEEA; 2010:447-470

POJO, EC; et al. As águas e os ribeirinhos – beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Margens Interdisciplinar**; 8(11): 177-198, 2014.

PROJETO BACIA ESCOLA. **Prospecção e análise socioambiental para fins de recuperação da microbacia hidrográfica do igarapé Turé e desenvolvimento local do território indígena Turé-Mariquita no município de Tomé-Açu**. Universidade Rural da Amazônia, Belém-PA, 2017.

PRUDENTE, ALC; et al. How much do we know about the diversity of Squamata (Reptilia) in the most degraded region of Amazonia? **South American Journal of Herpetology**; 13(2): 117-130, 2018.

REICHEL-DOLMATOFF, G. Cosmology as Ecological Analysis: A View from the Rain Forest. **Man**, New Series, 11 (3): 307-318, 1976.

REIS, DC; et al. Araraiana e Combu: um estudo comparativo de dois contextos ribeirinhos amazônicos. **Temas em Psicologia**; 20(2): 429-438, 2012.

RIBEIRO-JUNIOR, MA; AMARAL, S. Catalogue of distribution of lizards (Reptilia: Squamata) from the Brazilian Amazonia. IV. Alopoglossidae, Gymnophthalmidae. **Zootaxa**; 4269 (2): 151–196, 2017.

RICARDO, B; RICARDO, F. **Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010**. Instituto Socioambiental, São Paulo-SP, 2011. 735p. ISBN: 85994-85-3

42 **ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE**

RONCON, V. **Mitos e Curiosidades de Bicho. Lagartixa chupa sangue?** 2018. Disponível em: <http://mitosecuriosidadesdebicho.blogspot.com/2018/03/lagartixa-chupa-sangue.html>. Acesso em: fev 2024.

ROSA, M; OREY, DC. O campo de pesquisa em etnomodelagem: as abordagens êmica, ética e dialética. **Educ. Pesqui.** São Paulo, 38 (4): 865-879, 2012.

SANTOS- FITA, DS; et al. 'Offensive' snakes: cultural beliefs and practices related to snakebites in a Brazilian rural settlement. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine** 6:13, 2010.

SANTOS-FITA, DS, et al. Constitution of ethnozoological semantic domains: meaning and inclusiveness of the lexeme "insect" for the inhabitants of the county of Pedra Branca, Bahia State, Brazil. **Anais da Academia Brasileira de Ciências** 83(2): 589-598, 2011.

SEMAS- Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Espécies ameaçadas**. 2009. Disponível: <https://www.semas.pa.gov.br/2009/03/27/9439/>. Acesso em 24 de junho 2019.

SILVA, J.A.N. Condições sanitárias e de saúde em Caiana dos Crioulos, uma comunidade Quilombola do Estado da Paraíba. **Saúde e Sociedade**. 16(2): 111-124, 2007.

SILVA, VN; ARAÚJO, AFB. **Ecologia dos lagartos brasileiros**. 1ed. Rio de Janeiro: Technical Books, 2008. 271p.

SILVA, JB; SIMONIAN, LTL. População tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**; 33: 163-175, 2015.

SINERVO, B; et al. Erosion of lizard diversity by climate change and altered thermal niches. **Science**; 328, 894–9, 2010.

SOUSA, AJA; et al. Contradições no campo da saúde: a ausência de política pública de saúde local e fortalecimento da medicina tradicional na comunidade remanescente quilombola Laranjituba e África. *In*: Pezzuti, J; Ramos, CA. (Org.). **Desafios Amazônicos. Série Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Editora do NAEA, Belém-PA; p. 425-453, 2017.

SOUZA, RCCL; et al. Bioinvasão Marinha. *In*; Pereira, RC; Soares-Gomes A. editors. **Biologia Marinha**. Interciência, Rio de Janeiro-RJ; 2ed. p. 555-577, 2009.

VALADÃO, V. **Povos Indígenas no Pará – Tembé. Povos Indígenas do Brasil**, Instituto Socioambiental (ISA), 2018. Acesso em 02 de maio 2019. Disponível: <http://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Temb%C3%A9>

VITT, L; et al. **Guide to the lizards of Reserva Adolpho Ducke, Central Amazonia**. Manaus: Áttema Desing Editorial, 2008. 176p.

UETZ, P; et al. 2018. **The Reptile Database**, 2018. Acessado em 20 de janeiro 2019. Disponível: www.reptile-database.org.

WILLIAMS, VL; et al. Reptiles sold as traditional medicine in Xipamanine and Xiquelene Markets (Maputo, Mozambique). **South African Journal of Science**; 112(7/8), 9pp, 2016.

WINK, GR; et al. Population ecology of *Tupinambis merianae* (Squamata, Teiidae): home-range, activity and space use. **Animal Biology**, 61: 493–510, 2011.

43 ETNOHERPETOLOGIA E CONSERVAÇÃO: SABERES TRADICIONAIS NA PROTEÇÃO DOS LAGARTOS NO NORDESTE PARAENSE

Recebido em: 11/06/2024
Aprovado em: 09/12/2024
Publicado em: 02/01/2025